



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado **LUIZ CARLOS MOTTA** – PL/SP

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº DE 2020
(Do Sr. LUIZ CARLOS MOTTA)

Susta a aplicação da Portaria nº 604, de 18 de junho de 2019 e da Portaria nº 19.809, de 24 de agosto de 2020 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, que altera o Anexo da Portaria SEPRT nº 604, de 18 de junho de 2019.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º Fica sustada a aplicação da Portaria SEPRT nº 604, de 18 de junho de 2019 e da Portaria nº 19.809, de 24 de agosto de 2020, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Decreto Legislativo tem como objetivo sustar a aplicação da Portaria n. 604, de 18 de junho de 2019, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, que dispõe sobre a autorização permanente para trabalho aos domingos e feriados civis e religiosos a que se refere o art. 68, parágrafo único, da CLT, bem como da Portaria n. 19.809, de 24 de agosto de 2020 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, **que altera o Anexo da Portaria SEPRT nº 604, de 18 de junho de 2019.**

As regras previstas nas Portarias Ministeriais vão de encontro ao disposto na legislação vigente, tendo o Poder Executivo extrapolado o seu poder regulamentar.

O inciso V, do art. 49 da Constituição Federal estabelece que:

Art. 49 – É da competência exclusiva do Congresso Nacional: Inciso V - **sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.**

Por sua vez, o inciso XII e § 2º, do art. 24, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados determinam que:

Art. 24 – Às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, e às demais Comissões, no que lhe for aplicável, cabe:

Inciso XII – **propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar** ou dos limites de delegação legislativa, elaborando o respectivo decreto legislativo;

(...)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado **LUIZ CARLOS MOTTA** – PL/SP

Apresentação: 03/09/2020 12:59 - Mesa

PDL n.390/2020

§ 2º - As atribuições contidas nos incisos V e XII do caput **não excluem a iniciativa concorrente de Deputado.**

Como se sabe, o inciso XV, do art. 7º, da Constituição Federal estabelece que é direito dos trabalhadores urbanos e rurais o repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos. No mesmo sentido, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT assegura a todo empregado um descanso semanal de 24 horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte.

Referido direito está atrelado diretamente a saúde do trabalhador. O trabalhador precisa manter-se são, e para tanto precisa de convívio familiar e descanso de pelo menos um dia por semana, que deve ser coincidente com folga dos demais membros da família. Não podemos nos afastar da premissa de que o patamar mínimo civilizatório pressupõe: saúde e convívio familiar, que são a mola propulsora de tudo.

A CLT trouxe ferramentas para que atividades continuadas possam ser tratadas em caráter excepcionais, e dispõe que o Estado poderá outorgar permissão, que poderá ser a título permanente **nas atividades que, por sua natureza ou pela conveniência pública, devem ser exercidas aos domingos**, cabendo ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, expedir instruções em que sejam especificadas tais atividades.

A Lei n. 605/1949 também estabelece que todo empregado tem direito ao repouso semanal remunerado de vinte e quatro horas consecutivas, preferentemente aos domingos e, nos limites das exigências técnicas das empresas, nos feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local.

Ocorre que, no dia 19 de junho de 2019 foi expedida **Portaria pelo Secretário Especial de Previdência e Trabalho** ampliando (78) o número de setores autorizados a funcionar aos domingos e feriados, destacando a inclusão do comércio, varejo e de atividades ligadas ao turismo, procedendo a uma verdadeira usurpação de competência de esfera municipal (a quem compete a análise da conveniência) e mais ainda da esfera legislativa desse Congresso Nacional.

Ato repetitivo e afrontoso ocorreu recentemente, quando em 24 de agosto de 2020 foi expedida a **nova Portaria n. 19.809** ampliando ainda mais os ramos de atividades para **quase totalidade de setores que podem funcionar por ato unilateral de forma permanente durante domingos e feriados, dispensando ainda necessidade de negociação coletiva com os sindicatos representativos da categoria.**

As Portarias Ministeriais, portanto, tornam a exceção como regra. Isso porque, conforme determinam a CF/88 e a legislação infraconstitucional, o trabalho aos domingos e feriados deveria ser exceção, por motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço. Entretanto, as Portarias, ao ampliarem significativamente as atividades autorizadas

Documento eletrônico assinado por Luiz Carlos Motta (PL/SP), através do ponto SDR_56367, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado **LUIZ CARLOS MOTTA** – PL/SP

permanentemente a funcionarem aos domingos e feriados, torna a exceção uma regra. E ainda mais grave, sem a necessidade de negociação coletiva.

Merece destaque, de forma sucinta, que referidas Portarias ferem:

Independência dos poderes, e invadem a competência legislativa; desrespeitam poder regulamentador dos municípios (entendimento recentemente ratificado pelo STF ao dispor que aos Estados e Municípios durante o período de pandemia são legitimados a avaliar e editar normas sobre a conveniência de atividades contínuas e de caráter essencial), e por fim ferem Normas Internacionais ratificadas pelo Brasil, referente a Negociação Coletiva, Princípios Constitucionais, e prerrogativas Sindicais.

Sendo as regras referentes ao trabalho aos domingos e feriados, portanto, inerentes à jornada de trabalho, estas somente poderiam ser flexibilizadas por meio de instrumento coletivo, conforme disposto no art. 7º, XXVI da CF 88.

A título exemplificativo temos que nesse sentido o art. 6º-B da Lei nº 10.101/2000, o qual estabelece que o repouso semanal **remunerado nas atividades do comércio** deverá coincidir, pelo menos uma vez no período máximo de três semanas, com o domingo, respeitadas as demais normas de proteção ao trabalho **e outras a serem estipuladas em negociação coletiva**. Assim, as Portarias Ministeriais a que se refere este Decreto vão de encontro ao disposto na referida legislação, **desconsiderando o disposto em norma específica que trata do tema**.

O Poder Executivo vem tentando alterar as regras do trabalho aos domingos e feriados inclusive **por meio de Medida Provisória**, como por exemplo da **MP 905/2019**, que foi afastada pelo CN do ordenamento jurídico.

Também houve recentes e várias tentativas de inclusão das regras modificativas em MPs que tramitavam junto ao Congresso Nacional, como na Medida Provisória n. 881/2019 (Liberdade Econômica), e nas Medidas Provisórias n. 927 e 936, de 2020, as quais estabeleciam medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente do coronavírus, as quais foram rejeitadas quando da apreciação final no Congresso Nacional. Ou seja, o Poder Legislativo, no uso de suas atribuições, decidiu por não modificar as regras referentes ao trabalho nos domingos e feriados.

Diante dessa rápida e não taxativa fundamentação, temos que as regras previstas nas Portarias Ministeriais vão de encontro ao disposto na legislação vigente, e contrariam as recentes manifestações desse CN acerca do tema, tendo o Poder Executivo extrapolado o seu poder regulamentar, e ainda em reiteradas tentativas de burlar temas pelas Casas deliberados.

A competência para legislar sobre direitos e deveres, é do Poder Legislativo, conforme estabelece o art. 22, 23 e 24 da Constituição Federal.

Diante desses dados, depreende-se que o instrumento adequado para o Congresso Nacional sustar a aplicação da Portaria nº 604, de 18 de junho de 2019 e da Portaria nº 19.809, de 24 de agosto de 2020 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, que ultrapassou os limites do poder regulamentar, é o decreto legislativo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado **LUIZ CARLOS MOTTA** – PL/SP

Aliás, o Supremo Tribunal Federal, ao encarar o assunto, pôde solucioná-lo notavelmente. Por voto do Min. Celso de Mello deixou firmado que:

“O abuso de poder regulamentar, especialmente nos casos em que o Estado atua, contra legem ou, praeter legem, não só se expõe o ato transgressor ao controle jurisdicional, mas viabiliza, até mesmo, tal a gravidade desse comportamento governamental, o exercício, pelo Congresso Nacional, da competência extraordinária que lhe confere o art. 49, inciso V, da Constituição da República e que lhe permite ‘sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar (...)’ (AC-Agr-Qo 1.033/DF, dia 25 de maio de 2006)

Sendo assim, conto com o apoio dos nobres Pares para aprovar, em regime de máxima urgência, o presente Projeto de Decreto Legislativo para sustar os efeitos da Portaria nº 604, de 18 de junho de 2019 e da Portaria nº 19.809, de 24 de agosto de 2020 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

Sala das sessões em,

Deputado **LUIZ CARLOS MOTTA**
PL/SP

Apresentação: 03/09/2020 12:59 - Mesa

PDL n.390/2020

Documento eletrônico assinado por Luiz Carlos Motta (PL/SP), através do ponto SDR_56367, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



* C B 2 0 9 6 3 7 0 5 9 5 0 0 *